

FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR PEDAGOGO PARA UMA PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA

Heloisa Fonseca Barbosa ¹
Priscylla D'ávila Marques ²
Rosa Dayse Fernandes Maranhão ³
Francisca Mônica Silva da Costa ⁴

RESUMO

A inclusão escolar de alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial se revela como um dos grandes desafios da sociedade contemporânea. As políticas públicas de Educação Especial apontam o tema da formação de professores como um dos principais assuntos a ser debatido entre os envolvidos no processo de inclusão escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou discutir sobre a formação inicial do professor pedagogo para uma prática educacional inclusiva. Para essa investigação de caráter qualitativa, utilizamos como procedimento e instrumento de coleta de dados a análise documental do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como a aplicação de um questionário com perguntas fechadas com 22 discentes devidamente matriculados no curso de Pedagogia da UFC, com pelo menos 50% do curso concluído. Os resultados obtidos evidenciaram a insuficiência de disciplinas obrigatórias ofertadas, e um leque de disciplinas optativas para aprofundamento na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Verificamos também que para a maioria dos alunos participantes dessa pesquisa (81,8%) o currículo do curso de Pedagogia não prepara o professor para atuar em turmas com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Recomendamos, portanto, que a matriz curricular do curso de Pedagogia da UFC ofereça a oportunidade aos graduandos de desenvolverem saberes curriculares e disciplinares consolidados, considerando a oferta reduzida de disciplinas sobre a temática da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Formação Inicial, Currículo, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação) ainda se configura como um desafio a ser superado pelas redes de ensino públicas e privadas brasileiras. Sabe-se que, a partir da década de 1990, no Brasil, a partir da publicação “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”, conhecida como Declaração de Jomtien (BRASIL, 1990), essa temática tem sido cada vez mais presente e debatida no meio educacional. Entretanto, conforme aponta (GOMES, 2017), no âmbito de algumas instituições ainda é possível

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará -UFC, heloiisa.fonseeca@hotmail.com;

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, davilapriscylla@gmail.com;

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, rosadayse@hotmail.com;

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, monica10cost@gmail.com

observar a existência de práticas que pouco corroboram com a inclusão desse público nas escolas regulares de ensino.

A formação de professores é um ponto basilar que pode influenciar de maneira significativa a efetivação das políticas inclusivas e a consolidação da inclusão escolar, visto que esses profissionais atuam cotidianamente com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial na escola regular, sendo papel do professor realizar a mediação entre o conhecimento e esses discentes de maneira contextualizada e emancipatória.

É válido ressaltar que, muitas vezes, para esses indivíduos se apropriarem do conhecimento historicamente acumulado pelo homem, fazem-se necessárias flexibilizações nas práticas pedagógicas. Sendo assim, cabe ao professor desenvolver adaptações de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos que contemplem a heterogeneidade de sua turma (BRASIL, 1996).

Entretanto, compreendemos que dificilmente essas flexibilizações serão realizadas de maneira adequada ao público-alvo em questão se o docente não tiver acesso a conhecimentos relacionados a essa temática. Nesse contexto, a formação inicial se mostra bastante relevante, visto que muitos profissionais não têm acesso a formações continuadas. Esse aspecto tem sido objeto de estudo de alguns teóricos (PLETSCH, 2010, VITALIANO, 2007) que enfatizam a urgência de uma formação inicial dos professores pensada de modo que atenda às exigências do contexto atual.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou discutir sobre a formação inicial do professor pedagogo para uma prática educacional inclusiva. Para tanto, utilizamos como procedimento e instrumento de coleta de dados a análise documental do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como a aplicação de um questionário com perguntas fechadas com 22 discentes devidamente matriculados no curso de Pedagogia da UFC, com pelo menos 50% do curso concluído. Para fundamentar as discussões, foi estabelecido diálogo com autores que versam sobre a formação de professores e a inclusão escolar de pessoas que fazem parte do público-alvo da Educação Especial.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que seu foco incide sobre aspectos do mundo social e da realidade escolar, tratando em particular sobre a

formação inicial de professores para atuar no contexto da escola inclusiva. Para Minayo (2001, p.21)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui, como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Definimos como objeto de estudo nessa investigação a formação inicial do professor no curso de Pedagogia. O lócus foi a UFC, Faculdade de Educação (FACED) e o curso de Pedagogia, por ser um dos principais centros de formação inicial de professores situados no estado do Ceará.

Elegemos, como sujeitos dessa investigação, 22 alunos do curso de Pedagogia da UFC dos turnos diurno e noturno. O critério de elegibilidade desses sujeitos foi estar regularmente matriculado no turno diurno ou noturno do curso de Pedagogia da UFC e ter concluído pelo menos 50% do curso.

Para o alcance do objetivo de pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados a análise documental do PPPP e do currículo do curso de Pedagogia, bem como a aplicação de um questionário com três perguntas fechadas .

DESENVOLVIMENTO

O sistema educacional brasileiro, por um longo período, legitimou a segregação e a integração escolar de vários indivíduos, dentre eles, as pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. No paradigma da Integração⁵, era responsabilidade do indivíduo se adequar as práticas e normas desenvolvidas nos espaços educativos e, caso não se adaptasse, o sujeito seria responsabilizado pelo “fracasso escolar”, sendo excluído com base no diagnóstico.

Logo, conforme assinala (FIGUEIREDO, 2010), o histórico da escolarização das pessoas que fazem parte do público-alvo da Educação Especial é marcado por maus-tratos e preconceito. Essas práticas educacionais, fundamentadas a partir de uma perspectiva excludente, permaneceram em vigor, até que no final do século XX, ocorreu uma mudança de paradigma que alterou significativamente a concepção acerca dessas pessoas a partir da publicação da Declaração de Salamanca (1994) e da Declaração de Jomtien (1990). Ambas

⁵ O princípio da integração escolar norteou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial. Nesse modelo, ao invés de a escola se adequar ao aluno, o aluno deveria adequar-se à escola.

defendem os princípios de igualdade e de educação para todos, em instituições regulares de ensino.

Corroborando com os fundamentos das declarações supracitadas, a Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece que a educação é direito universal e dever do Estado, o qual deve garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola. Desse modo, todo e qualquer sujeito de direito tem acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. (BRASIL, 1988).

Entretanto, conforme os aportes teóricos de MANTOAN (2006), é possível afirmar que apenas o acesso à escola regular, não garante necessariamente que esse público seja incluído nesses ambientes educativos historicamente excludentes. De acordo com (MITTLER, 2003, p. 16)

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinar todas aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.

Atualmente, conforme assinala GOMES (2017), dentre os fatores que dificultam a inclusão dos alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial, observa-se existência de turmas superlotadas, abundância de escolas com infraestruturas inadequadas e a ausência de recursos pedagógicos (livros, jogos etc.). Sendo assim, para a efetivação de uma escola inclusiva, de acordo com (GOMES, 2017, p.33):

torna-se essencial garantir condições adequadas para o trabalho docente, que resultem, por exemplo, em estabelecer uma adequada organização quantitativa de alunos por turmas, para não haver superlotação nas salas de aula. Além desses aspectos, se faz igualmente necessário prover recursos e materiais para o exercício da prática do professor, para que assim ele possibilite ao aluno com deficiência a acessibilidade ao conhecimento, e minimize, portanto, a desigualdade de condições entre os alunos quanto ao acesso à aprendizagem de um mesmo conteúdo.

Todavia, a exclusão escolar não decorre apenas devido a aspectos estruturais, mas principalmente a todo um contexto histórico que mantém a exclusão e as desigualdades sociais. Para (LIBÂNEO, 2013, p. 18):

As desigualdades entre os homens, que na origem é uma desigualdade econômica, no seio das relações entre as classes sociais, determina não apenas as condições materiais de vida e de trabalho dos indivíduos, mas também a diferenciação no acesso à cultura espiritual, à educação.

Outrossim, para analisar o contexto da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, é fundamental a compreensão acerca de aspectos envolvendo a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva. Afinal, apesar da velocidade dos avanços legais, políticos e sociais, os avanços em relação à formação inicial ainda são discretos.

Defendemos que o professor, em sua prática pedagógica, deve ter a consciência sobre a importância do seu papel na escola enquanto mediador entre os alunos e o conhecimento. Mais que isso, corroborando com (LIBÂNEO, 2013, p.48), afirmamos que ele deve compreender que:

O sinal mais indicativo da responsabilidade profissional do professor é seu permanente empenho na instrução e educação dos seus alunos, dirigindo o ensino e as atividades de estudo de modo que estes dominem os conhecimentos básicos e as habilidades, e desenvolvam suas forças, capacidades físicas e intelectuais, tendo em vista equipá-los para enfrentar os desafios da vida prática no trabalho e nas lutas sociais pela democratização da sociedade.

Na educação inclusiva, o professor precisa estar preparado para atuar no contexto da heterogeneidade, respeitando a diversidade e a singularidade de cada um. “Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural.” (PRADO e FREIRE, 2001, p.5)

Desse modo, para que o professor tenha a percepção sobre o processo educativo e sua responsabilidade social, é essencial que haja relação entre a teoria e a prática pedagógica desenvolvida no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, serão apresentados os dados obtidos através da análise do PPP e do currículo do curso de Pedagogia, e da aplicação de um questionário com 22 alunos do curso de Pedagogia da UFC.

Para atender ao objetivo da pesquisa, os dados foram organizados em duas categorias de análise. Na primeira, verificamos a presença de disciplinas ofertadas da área da Educação Especial na perspectiva inclusiva no currículo do curso de Pedagogia UFC. Na segunda, investigamos as percepções discentes sobre o currículo do curso de Pedagogia para atuar no contexto da escola inclusiva.

Na primeira categoria, a análise se centra no currículo do curso de Pedagogia da UFC, que foi reconhecido pela Lei nº 3866, de 25 de janeiro de 1961. O curso é organizado em uma carga horária total de 3.216 horas. Desse total de horas, 2640 horas são reservadas para componentes curriculares obrigatórios, sendo essas 992h práticas e 1648h teóricas.

Ao examinar o currículo, averiguamos a presença de duas disciplinas obrigatórias relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva: Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Educação Especial, ambas ofertadas respectivamente no 2º e 4º semestre do curso

com 64 horas. É válido destacarmos que a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Libras, em cursos de licenciatura, é regulamentada através do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Art. 3º que estabelece a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior. (BRASIL, 2005)

Quanto aos componentes curriculares optativos, verificamos a existência de 12 disciplinas que envolvem a área da Educação Especial na perspectiva inclusiva, sendo essas: Pedagogia Hospitalar, Educação Inclusiva, Fundamentos da Educação de surdo, Psicopedagogia, Psicomotricidade, Prática de ensino em Educação Inclusiva, Educação bilíngue para surdos – Língua Brasileira de Sinais (Libras)/ Língua portuguesa e Libras II ao VI.

Um dos princípios norteadores do PPP do curso de Pedagogia da UFC concerne ao respeito e valorização das diferenças e das diversidades culturais e linguísticas, como forma de democratizar os processos educativos, no qual define que:

A formação em Pedagogia desenvolve no educando uma consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental, ecológica, étnico, racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiosas, políticas, ideológicas, escolhas sexuais, necessidades especiais, entre outras. (2013, p. 14)

Para a efetivação desse princípio, a abordagem sobre a inclusão na educação não deve ser restrita apenas às disciplinas específicas da área, mas sim, durante toda a formação do educando. Todas as disciplinas, portanto, devem dialogar com a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Sobre a relação entre as disciplinas estudadas na formação do professor, Libâneo reitera que:

A organização dos conteúdos da formação do professor em aspectos teóricos e práticos de modo algum significa considerá-los isoladamente. São aspectos que devem ser articulados. As disciplinas teórico-científicas são necessariamente referidas à prática escolar, de modo que os estudos específicos realizados no âmbito da formação acadêmica sejam relacionados com os de formação pedagógica que tratam das finalidades da educação e dos condicionamentos históricos, sociais e políticos da escola. (2013, p. 27)

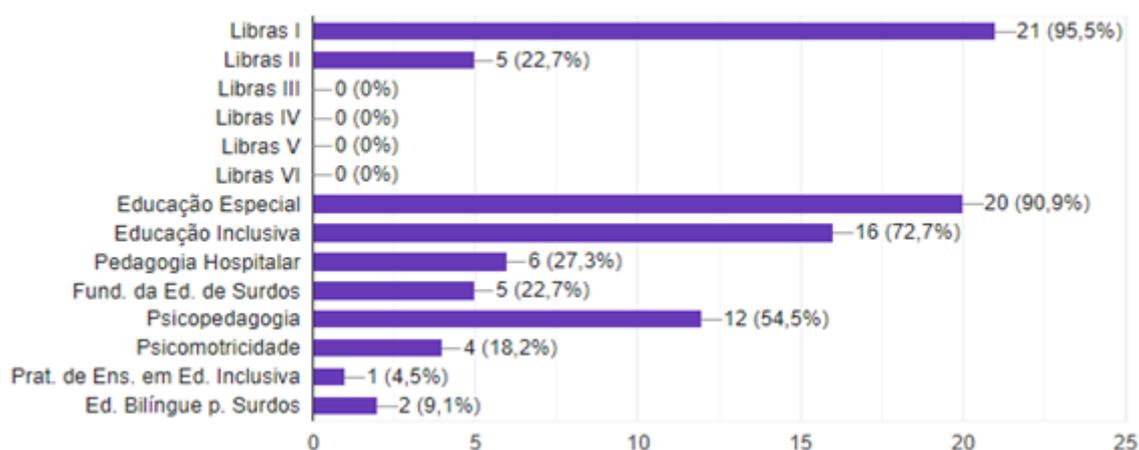
Assim, para que a inclusão escolar de alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial se efetive no âmbito das escolas regulares, é necessário que, durante a formação inicial dos professores, o ensino sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva esteja presente, de maneira interdisciplinar e contextualizada, durante todo o seu percurso. Essa ação é necessária, a fim de evitar equívocos conceituais acerca dessa temática por parte dos discentes, uma vez que abordagens isoladas e em descompasso com as demais disciplinas do

curso, podem interferir na formulação dos graduandos acerca dos princípios que fundamentam a educação inclusiva (Poulin & Figueiredo, 2016).

Na segunda categoria, discorreremos acerca das percepções discentes sobre o currículo da formação inicial em Pedagogia para atuar no contexto da escola inclusiva. Os dados apresentados nessa categoria foram adquiridos através da aplicação do questionário.

O gráfico 1, representa dos dados obtidos através da instrução do questionário “Marque as disciplinas que você cursou durante a graduação”. Objetivamos, com essa questão, verificar a participação dos discentes do curso de Pedagogia nas disciplinas voltadas para a área da Educação Especial na perspectiva inclusiva durante a formação - principalmente nas optativas, visto que os componentes obrigatórios são necessários para a conclusão do curso, e todos os alunos, necessariamente, precisam fazê-la durante a trajetória acadêmica.

Gráfico 1: Participação discente em disciplinas relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva



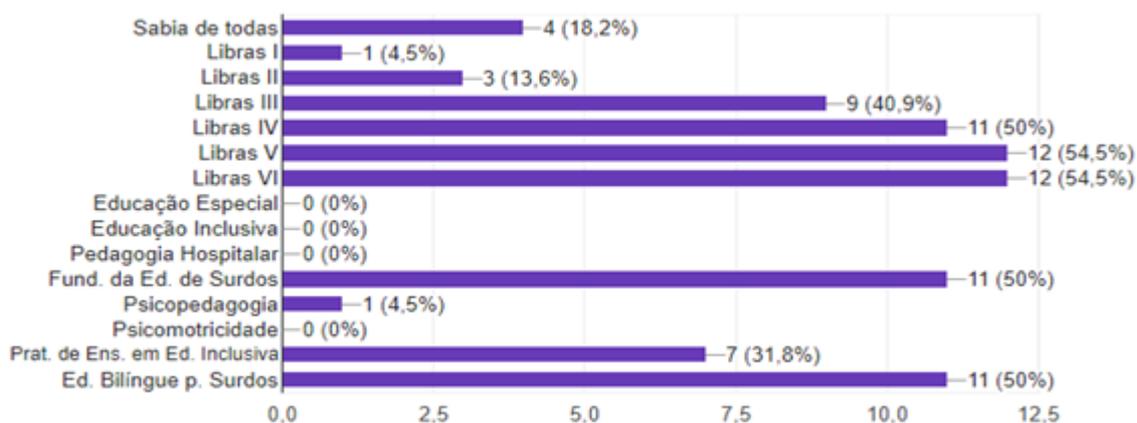
Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os dados do gráfico acima, verificamos que as disciplinas mais cursadas pelos alunos (com exceção das obrigatórias) são Educação Inclusiva (72,7%) e Psicopedagogia (54,5%).

Os dados obtidos, evidenciaram também uma ausência ou baixa adesão discente em disciplinas voltadas para a área da Surdez, visto que, 0% dos alunos cursou Libras III, IV, V e VI, 9,1% Educação Bilíngue para surdos e 22,7% Fundamentos da Educação de surdos. Diante desse dado, é possível inferir que, após o contato inicial com a disciplina de Libras I no 2º semestre, muitos discentes do curso de Pedagogia UFC não têm mais contato, durante a graduação, com essa área específica.

O gráfico 2 aponta as respostas obtidas através da instrução do questionário “Marque as disciplinas sobre as quais você não tinha conhecimento da existência durante o curso”. Com essa questão, objetivamos verificar quais são as disciplinas da área da Educação Especial na perspectiva inclusiva mais e menos conhecidas pelos alunos durante a formação inicial.

Gráfico 2: Conhecimento discente acerca da oferta de disciplinas no curso de Pedagogia/ UFC relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva



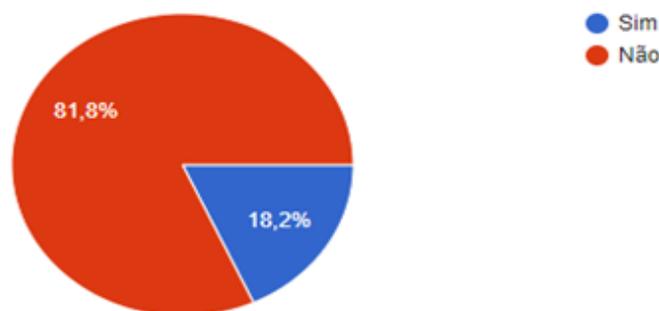
Fonte: dados da pesquisa

Diante desse dado, evidencia-se o desconhecimento acerca da oferta de disciplinas da área da Educação Especial na perspectiva inclusiva, uma vez que apenas 18,2% dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa conheciam as 14 disciplinas ofertadas na área. Verificamos que as disciplinas mais conhecidas pelos discentes (100%) são as disciplinas Educação Inclusiva, Educação Especial, Pedagogia Hospitalar e Psicomotricidade.

É válido ressaltarmos que, embora todos conheçam as disciplinas optativas “Pedagogia Hospitalar” e “Psicomotricidade”, ambas tiveram baixa adesão dos alunos participantes dessa pesquisa, visto que apenas 18,2% cursou Psicomotricidade e 27,3% Pedagogia Hospitalar.

O gráfico 3, representa os dados obtidos através do questionamento “Em sua concepção, o currículo do seu curso prepara o professor para atuar em turmas com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial?”. Pretendemos, com essa questão, analisar se os discentes do curso de Pedagogia da UFC acreditam que a matriz curricular do curso, contempla as demandas da atualidade e oferece subsídios teóricos para que os discentes, futuramente, atuem em umas com alunos que fazem parte desse público.

Gráfico 3: Concepções discentes acerca da capacitação do curso de Pedagogia



Fonte: dados da pesquisa

Foi indagado no questionário se na concepção dos discentes, o currículo do curso de Pedagogia da universidade pesquisada prepara o professor para atuar em turmas com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Diante desse questionamento, constatou-se que 81,8 % dos alunos que fizeram parte da presente pesquisa acreditam que não, conforme ilustra o gráfico 3.

Esse dado evidencia a fragilidade da formação inicial desses discentes. Conforme uma pesquisa desenvolvida por Oliveira (2011), a formação docente deve preparar para o trabalho com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial e isso requer uma mudança na prática pedagógica, na gestão e organização da sala de aula.

Embora uma boa parte dos discentes tenha feito disciplinas optativas da área da Educação Especial (conforme ilustra o gráfico 1), infere-se que na concepção da maioria dos sujeitos que participaram da pesquisa, o currículo do curso de Pedagogia não prepara o professor para atuar em turmas com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial.

Nesse contexto, é necessário que, para uma formação que atenda ao contexto heterogêneo das escolas, as outras disciplinas presentes na matriz curricular do curso de Pedagogia, dialoguem com os princípios e conceitos presentes na proposta inclusiva. Corroborando com esse pensamento, GOMES (2017, p. 34) afirma que:

[...] para o fortalecimento dos saberes curriculares sobre educação inclusiva, será necessário que essa temática seja tratada, em seu conjunto, em todas as disciplinas nos cursos de licenciaturas. Ultrapassar a visão centrada em uma ou algumas disciplinas de educação especial, implica em discutir, ao longo da formação, e em todas as disciplinas, propostas de intervenções educativas que contemplem todos os alunos em sala de aula, independente de suas características e/ou necessidades.

Desse modo, apoiadas em Maranhão (2017), defendemos que durante toda a formação inicial, seja oportunizado aos discente a possibilidade de discutir e se apropriar de conhecimentos relacionados a essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou discutir sobre a formação inicial do professor pedagogo para uma prática educacional inclusiva, a partir da realidade específica de uma instituição de ensino superior que é um dos principais centros de formação inicial situados no estado do Ceará.

Diante dos dados obtidos, verificamos a insuficiência de disciplinas obrigatórias ofertadas, tendo em vista a grande demanda por parte das redes de ensino pública e privada, assim como de alunos da graduação, visto que 81,8% dos graduandos participantes da pesquisa afirmaram que, em sua percepção, o currículo do curso não prepara o professor para atuar em turmas com alunos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial.

Constatamos também a presença de um leque de componentes curriculares optativos para aprofundamento na área da Educação Especial, entretanto, uma considerável parcela dos discentes desconhece a oferta de boa parte das disciplinas, principalmente, as que envolvem a área da Surdez.

Recomendamos, portanto, que a matriz curricular do curso de Pedagogia da UFC ofereça a oportunidade aos graduandos de desenvolverem em todas as disciplinas, os saberes curriculares e disciplinares relacionados à Educação Especial na perspectiva inclusiva, para que, futuramente, esses discentes, ao atuarem em turmas com alunos que fazem parte desse público, não perpetuem práticas pedagógicas que corroborem para a perpetuação da exclusão e integração escolar desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A escola de atenção às diferenças. *In*: FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert (Org.). **Novas luzes sobre a inclusão escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GOMES, Adriana Leite Limaverde. **A formação inicial de professores no contexto da sala de aula inclusiva**: desafios e possibilidades de incluir alunos que apresentam deficiência. *Revista Educação Inclusiva*. REIN, Campina Grande, PB, v1.01, n.01, julho/dezembro-2017, p.29-36

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARANHÃO, Ana Larisse. (2017). **Formação inicial do pedagogo e a experiência no PIBID educação inclusiva na UFC: saberes, práticas e vivências.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional.** In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula.** São Paulo: Cortez, 2001.

POULIN, Jean- Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Formação inicial de professores para atuarem no contexto das diferenças.** Revista de Educação do Vale do São Francisco - REVASF, V.06, Nº 11, 2016.

VITALIANO, Célia Regina. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 13, n. 3, p.399-414, 2007.